

BOLETIM EDUCAÇÃO EM EVIDÊNCIAS



Foto de [Sigmund](#) em [Unsplash](#)

NESTA EDIÇÃO

SEMINÁRIO 29/01:

**GUILHERME
LICHAND**

**INTERVENÇÕES
INFORMACIONAIS
NA EDUCAÇÃO**

**EVIDÊNCIAS EM
DEBATE:**

**OS DESAFIOS DA
EDUCAÇÃO
ESPECIAL**

O que há de novo

CURSO SOBRE GESTÃO ESTRATÉGICA E ABERTURA DE DADOS INSCRIÇÕES PARA BOLSAS ATÉ DIA 29/01

O curso online '[Publicadores de Dados: da gestão estratégica à abertura](#)', realizado pela [Escola de Dados / Open Knowledge Brasil](#), quer qualificar profissionais do setor público para fortalecer a gestão da informação e a transparência governamental.

O curso abordará conceitos e ferramentas para planejar e promover a gestão estratégica e a abertura de dados, por meio de vídeo-aulas gravadas e ao vivo, além de uma plataforma para tirar dúvidas e interagir com a equipe. Participantes aprenderão como elaborar catálogos e planos de dados, ferramentas para automação de rotinas e publicação, além de estratégias para ativar e envolver o ecossistema de inovação. Para se candidatar a uma das bolsas, é preciso atuar em instituição pública ou da sociedade civil onde haja rotinas de trabalhos com dados ou chances de implementá-las. Também é necessário ter disponibilidade para participar integralmente do curso, que começa no dia 19 de fevereiro, com a liberação do acesso às plataformas, e dura 5 semanas. A primeira aula ao vivo será no dia 25 de fevereiro.



DIA 29/01 ÀS 14H

GUILHERME LICHAND

IMPACTOS DE INTERVENÇÕES INFORMACIONAIS NA EDUCAÇÃO

Top-10 Empreendedor Social de 2020 na categoria Legado Pós-Pandemia, segundo a Folha de São Paulo, e inovador social de 2014, segundo a MIT Technology Review, **Guilherme Lichand** é PhD em Economia Política e Governo pela Universidade de Harvard e professor da cátedra da UNICEF de Economia do Desenvolvimento e Bem-estar Infantil da Universidade de Zurique. É também co-fundador e presidente do Conselho da [Movva](#), e especialista em inovação social do World Economic Forum Expert Network.

Intervenções informacionais (como o envio de informações sobre frequência escolar e aprendizagem às famílias dos alunos) tendem a ter resultados expressivos, como o aumento de frequência e notas, e a redução de repetência e evasão. Dito isto, será que os **impactos** dessas intervenções vêm mesmo de seu conteúdo, customizado às circunstâncias específicas do recipiente? Ou uma boa parte desses impactos vem de seu efeito sobre a realocação da atenção do recipiente – que muda de comportamento mesmo sem os insumos necessários para atualizar crenças na direção correta? Para responder a essa pergunta, realizamos um experimento em larga escala nas escolas públicas do Estado de SP, documentando os mecanismos específicos por trás dos efeitos da comunicação escola-família.



"Cutucar" as famílias com mensagens de SMS funciona?

Quais os impactos dessas intervenções?

O que as evidências ensinam sobre a comunicação escola-família?



Evidências educacionais em debate

INCLUSÃO EDUCACIONAL E O ATENDIMENTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

No ano passado o **Escritório de Evidências** discutiu em dois seminários o tema da Educação Especial. No dia 24 de setembro recebemos as professoras **Rosângela Gavioli Prieto**, docente da Faculdade de Educação da USP, e **Anna Augusta Sampaio** - docente da UNESP. E no dia 18 de dezembro, fechamos com chave de ouro o primeiro ano de nossos seminários com **Doani Emanuela Bertan** – pedagoga com várias especializações em Educação Especial e de surdos, professora Bilingue na rede municipal de Campinas, idealizadora do [Canal Sala8](#) no Youtube e uma das finalistas do Prêmio [Global Teacher Prize 2020](#).

Os temas específicos tratados foram distintos: Rosângela e Anna Augusta relataram suas perspectivas e as descobertas da pesquisa científica sobre o tema, em especial o estudo fizeram recentemente em uma rede municipal, para falar da formação de professores das salas de recursos multifuncionais e de como tem sido a atuação desses professores diante da enorme diversidade do público-alvo da Educação Especial. Já Doani relatou suas experiências e aprendizados – fruto de estudos acadêmicos e da prática como professora bilíngue para alunos surdos e ouvintes.

As três palestrantes têm visões muito semelhantes sobre a necessidade de revisão de toda a organização do sistema educacional e das escolas, uma vez que as práticas escolares e a legislação devem se comprometer com a inclusão educacional de todos os alunos, indistintamente.

Mesmo que tenha havido um avanço inegável na educação das pessoas com deficiências, principalmente a partir das Diretrizes para a Educação Especial na Educação Básica ([Resolução No 2, de 11 de setembro de 2001](#)), e das políticas em nível federal que redundaram na [Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva](#) (2008), muita coisa precisa melhorar para que o princípio da Educação Inclusiva se concretize de fato no atendimento educacional de alunos e alunas com algum tipo de deficiência. As carências nesse campo são grandes, e envolvem a responsabilidade de diversos atores no campo da educação, uma vez que perpassam desde a formação inicial, extremamente frágil no que tange aos conhecimentos e habilidades necessários ao atendimento desses públicos, a formação continuada, muito dela a cargo do Ministério da Educação, também insuficiente para os propósitos de efetivamente garantir o aprendizado de que cada criança, jovem e adulto seja capaz; passando pela legislação, pouco clara em relação a um padrão mínimo de atendimento, até a execução da política. Na escola, aos efeitos dos problemas citados acima soma-se a ausência de investimentos naquilo que é necessário: ferramentas didáticas, equipamentos e materiais que permitam a comunicação e o aprendizado mútuo de todos na sala de aula regular.

Como disse Doani, educação inclusiva não é dividir espaço na sala, e sim participar juntos dos



“*Educação Inclusiva não é dividir espaço na sala, e sim participar juntos dos processos de interação social, comunicação e aprendizagem*”

Doani Bertan

processos de interação social, comunicação e aprendizagem, mesmo que com diferentes resultados conforme as características de cada aluno(a). Doani nos mostra como é preciso haver também uma profunda renovação em nosso modo de pensar e agir, quando o assunto é inclusão. Logo de início ela questiona o próprio conceito de “Educação Especial”, que está na legislação educacional e em torno do qual se construiu toda uma política. Quando paramos para pensar no uso que fazemos do adjetivo “especial” na linguagem cotidiana, percebemos o quanto existe de eufemismo na expressão “educação especial”, que deveria ser substituída, segundo Doani, pela expressão “**Educação Especializada**”. Com isso, haveria um ganho de valor, e se denotaria com mais clareza a complexidade dos conhecimentos envolvidos no atendimento de diversas necessidades muito variáveis, desde aquelas das crianças com transtorno de espectro autista, das cadeirantes, cegas, surdas, e por aí em diante, em uma variedade infinita de casos individuais. As pessoas com deficiência, organizadas socialmente, conseguiram mudar a linguagem recentemente para que falássemos clara e abertamente de “pessoas com deficiência”, e não mais de pessoas “com necessidades especiais”, outro eufemismo. Indo um pouco além

nessa reflexão, nos indagamos em que medida esse tipo de linguagem tem como pano de fundo uma visão vitimizadora e estereotipada de quem são essas pessoas, uma certa “pena” que muitas vezes é fruto da falta de informação, que não constrói e, mais que isso, colabora para uma atuação “esquemática” dos sistemas de ensino, das escolas e dos professores em relação a esses alunos, prejudicando suas chances reais de aprender.

Nesse debate, dois conjuntos de argumentos, um vindo de Doani Bertan, e outro vindo de Rosângela Prieto e Anna Augusta Sampaio, se complementam. A maneira como Doani lida com a questão da **inclusão educacional** em sua prática profissional coloca em xeque o tratamento mais simplificador e esquemático que costuma rotular o aluno com deficiência a partir “do seu laudo”, como ela diz. Para exemplificar seu ponto de vista, coloca em comparação duas crianças: uma surda, filha de pais surdos, mas que pelas condições socioeconômicas familiares tem acesso ao mundo da cultura, sendo estimulada a aprender continuamente de diversas maneiras – interação social, viagens, etc., e outra criança ouvinte, mas que vive uma situação de pobreza e exclusão social, sem acesso a bens culturais, e que não recebe nem mesmo os estímulos necessários para o aprendizado da língua esperado para sua faixa etária. Qual criança, Doani pergunta, precisa de maior atenção por parte do(a) professor(a)? Doani defende que a inclusão educacional de todas as crianças e jovens exige o atendimento individualizado de cada estudante, com suas dificuldades e necessidades tratadas em conjunto. Se o tamanho das



turmas impossibilita o atendimento individualizado de cada aluno(a), o equívoco está no tamanho das turmas. O fato é que a todo momento precisamos nos lembrar que o princípio de inclusão educacional deve valer para todos os alunos em suas especificidades, que podem ou não ser associadas a algum tipo de “condição médica” – o “laudo”. O atendimento exclusivo ou personalizado de cada aluno deve ser a meta a perseguir, o que não significa fechar os olhos aos desafios impostos pelas condições concretas da prática docente. O que estamos salientando aqui é que **precisamos nos livrar dos tabus e dos estereótipos** para efetivamente criarmos escolas inclusivas.

As pesquisas de Rosângela e Anna Augusta, por sua vez, mostram que a maioria dos desafios enfrentados pelas redes de ensino na implantação da política de Educação Especial são comuns a estados e municípios. A principal constatação das autoras é que o **Atendimento Educacional Especializado**, que segundo a lei e as diretrizes nacionais deveria ser complementar, e não substitutivo às classes / turmas regulares, na prática brasileira tem se realizado quase que exclusivamente nas salas de recurso multifuncionais. Em certo sentido – e aqui somos nós refletindo – parece ter havido uma nova discriminação e exclusão dos alunos da Educação Especial, agora para as salas de recursos. Na concepção original do Programa Nacional de Educação Especial havia a proposição de dois tipos de salas multifuncionais – a segunda sala deveria ser destinada a alunos cegos ou com baixa visão. Ao fazê-lo, a política parecia conceber a distinção entre atendimentos

conforme o tipo de deficiência do aluno. Por outro lado, as três professoras, Rosângela, Anna Augusta e Doani concordam que as diretrizes fornecidas pela legislação e pelas orientações do MEC foram sempre vagas e insuficientes. À medida que a política foi sendo desenvolvida, tanto os cursos fornecidos pelo MEC para os professores das salas de recursos, como documentos de orientação advindos do ministério passaram a tratar como generalista esse profissional, e não como alguém que deveria ter uma ou mais especialidades entre aquelas exigidas para o bom atendimento dos alunos em sua diversidade. Além disso, é preciso considerar a característica do nosso federalismo, que permite grande autonomia a estados e municípios quanto à política educacional. Com o tempo, se consolidou a noção de que o professor regente dessa sala de recursos deveria ser multi-categorial. Nota-se a complexidade dessa situação, uma vez que isso envolveria uma formação e capacitação muito extensa, que permitisse efetivamente o atendimento a todos os públicos da educação especial. E, no entanto, não é isso que se verifica, ao contrário. A fragilidade da formação inicial e a **ausência de especialização** dos professores que atuam na educação especial é elemento central na descrição que Rosângela e Anna Augusta fazem deste cenário. A formação recebida pelos(as) professores(as) das salas de recursos não tem sido suficiente para fornecer as competências necessárias para o bom atendimento do público da educação especial em sua diversidade. Observam que os cursos de graduação em pedagogia desde 2007 não fornecem,



como antes, formação específica em diferentes modalidades. Além disso, os cursos de especialização voltados atualmente para este profissional dão tratamento muito generalista às diferentes necessidades do aluno surdo, cego, autista, etc. A frustração desses profissionais foi observada na pesquisa: docentes muito engajados e comprometidos não se sentem preparados para lidar com toda a complexidade envolvida na atuação com esses públicos, tanto do ponto de vista da preparação técnica, como a psicológica e emocional.

A ausência de formação especializada contribui também para outro fenômeno verificado pelas pesquisadoras: não tem havido avaliação em profundidade das **necessidades de cada aluno**, que justifiquem, ou não, seu atendimento em salas de recurso multifuncionais. Em decorrência disso, em muitos casos o encaminhamento tem sido automático, desvirtuando a intenção da Educação Inclusiva, conforme observamos antes. Por fim, um último elemento ajuda a explicar por que tem havido essa prevalência do atendimento nas salas de recurso: os sistemas de ensino não investem nas ferramentas tecnológicas,

materiais didáticos e de apoio fundamentais para a verdadeira inclusão do aluno com deficiência nos processos pedagógicos em salas de aula regulares. Pesquisas científicas nacionais e internacionais têm insistido que o atendimento em salas regulares gera maiores resultados de aprendizagem. Para que ocorra aquela profunda reorientação da escola e de suas práticas, preconizada por essas três especialistas que compartilharam seu conhecimento conosco, não bastará mais formação para docentes e a mudança de atitudes, sem que haja **mais investimentos em tecnologias de educação assistiva**, reformas para a acessibilidade, comunicação alternativa e suplementar, a Linguagem Brasileira de Sinais, o Braille, sinais táteis, ações específicas para orientar a interação social recíproca, entre muitas outras que permitam o convívio e a efetiva aprendizagem de todos, segundo suas especificidades.

Este é apenas um pedaço do debate trazido pelos seminários – vários assuntos importantes não couberam aqui.

Assistam os seminários em nosso canal do Youtube!

Cartas, recados, e outros...

ESCREVAM PARA EVIDENCIAS@EDUCACAO.SP.GOV.BR

Caros(as) leitores(as),

A partir de agora os **seminários serão quinzenais**, em semanas alternadas ao Boletim. Achamos que assim mais gente vai participar!

Outro recado: Aprendemos! A partir de agora teremos a tradução em Libras nos seminários, simultânea ou, quando não for possível, no vídeo gravado.



Clique [aqui](#) para acessar o nosso Canal!